

Cerrado, coração das águas, não deixe de pulsar



» YURI SALMONA
Pesquisador e
diretor executivo do
Instituto Cerrados

O Cerrado é bem mais que os belos ipês que colorem nossas cidades: é o coração das águas do Brasil, mas enfrenta dificuldades para pulsar. Ao mesmo tempo em que abastece generosamente oito das 12 regiões hidrográficas brasileiras, é também tratado como “celeiro do mundo”, explorado para a produção de commodities agropecuárias. Essa sobreposição de realidades diz respeito a todos, inclusive a você.

O Cerrado levou milhões de anos desenvolvendo tecnologias de adaptação e equilíbrio, em especial na interface entre a água da atmosfera e a do subsolo. Suas plantas se tornaram capazes de atravessar os períodos secos, adaptando as folhas e captando água no solo profundo, enquanto seus solos funcionam como esponjas, vertendo água para os rios durante a estiagem. Sem esse mecanismo, não há água nas cachoeiras nem nas nossas torneiras.

Sobre esse ecossistema, instalou-se em poucas décadas outro sistema: o da grande propriedade monocultural voltada à exportação, especialmente para produção de soja e carne bovina, seguindo o modelo colonial de plantation. Hoje, a agropecuária de larga escala ocupa cerca de

metade do bioma, área equivalente à da França e da Espanha somadas. E não é só terra: segundo a Agência Nacional de Águas, irrigação e dessedentação animal respondem por quase 59% de toda a água retirada no Brasil. O celeiro do mundo é irrigado, literalmente, pelo coração das águas.

Algumas consequências dessa sobreposição de mundos (coração e celeiro) são evidentes; outras, menos intuitivas. O desmatamento quebra o ciclo de infiltração, armazenamento e liberação de água, ampliando a insegurança hídrica nos períodos de seca. Estudos mostram que os rios do Cerrado já perderam 27% da disponibilidade hídrica e podem perder entre 33% e 50% até 2050, se o ritmo de conversão continuar. Isso significa mais disputa por água no meio rural e mais racionamentos e apagões nos centros urbanos, já que a maior parte da geração de energia depende das hidrelétricas. O clima também se retroalimenta: o desmatamento altera a evapotranspiração, alonga os períodos secos e concentra as chuvas, com efeitos ora agravados, ora incertos, em anos de El Niño. O resultado volta como quebra de safra da própria soja e de outros cultivos — e chega à sua xícara: o café moído subiu quase 78% em 12 meses, segundo o IPCA/IBGE de março de 2025.

Você poderia pensar: “Mas o agro carrega o Brasil nas costas, é o preço do desenvolvimento”. Vale olhar alguns números pouco comentados. A Lei Kandir isenta de ICMS a exportação de commodities, deixando de pagar mais de R\$ 600 bilhões de em impostos. Mais de 500 bilhões (86%) do financiamento do Plano Safra vai para o

agronegócio e 14%, para a agricultura familiar. O agronegócio ocupa 77% da área agrícola do país, mas é a agricultura familiar que sustenta a mesa brasileira: 80% da produção de mandioca, 64% do leite, 42% do feijão e 67% de todo o emprego no campo, segundo o Censo Agropecuário 2017, feito pelo IBGE. E dois terços das emissões de gases do efeito estufa do Brasil vêm do modo de produção e ocupação do agronegócio.

A escolha do que se faz com um bioma impacta a todos e é feita diariamente: no que se compra no mercado, no que se aceita como normal e em quem se vota. Vale a pergunta: o “desenvolvimento” que queremos é o que nos foi imposto pelos colonizadores e replicado até hoje ou um projeto autoral, que trate a diversidade e a água como patrimônio, e não como estoque a liquidar?

No Dia Nacional do Cerrado, na última sexta-feira, a campanha #VotePeloCerrado apresentou uma carta-compromisso com o Cerrado e seus povos, dirigida a candidatas e candidatos dos Poderes Executivo e Legislativo, nos âmbitos federal e estadual, com oito propostas para orientar programas de governo e atuação parlamentar. Trata-se de uma mobilização da sociedade civil que busca levar o futuro do bioma e de seus povos para o centro do debate das eleições de 2026.

O Cerrado não pede que se pare de produzir. Pede que se produza sem infartar o coração. Ainda há metade do bioma de pé e a outra metade a se restaurar e produzir com sustentabilidade/responsabilidade. A pergunta não é se ele vai continuar pulsando, mas se nós vamos deixar.



Musicoterapeuta: um profissional necessário



» ISABELLA CAMPOS DA PAZ
Musicoterapeuta e
professora de canto

Quinze de setembro é o dia do musicoterapeuta, profissional que atua na área da saúde e trata pessoas por meio da utilização da música e de seus elementos, de forma sistematizada, com base científica. O ritmo, por exemplo, é um forte estimulante e organizador a nível motor, cognitivo e do comportamento humano. Já o canto e a improvisação permitem que pessoas se expressem criativamente e regulem seus estados emocionais.

Até pouco tempo atrás, a musicoterapia era uma atividade profissional desconhecida da população. No Brasil, ela começou a se destacar nos anos de 1970 junto à área da saúde mental, educação musical e reabilitação. Com o aumento de diagnósticos de pessoas com autismo, síndrome de Down, Parkinson e Alzheimer, foi se tornando referência como coadjuvante a diversos tratamentos convencionais.

Também deram visibilidade à musicoterapia os avanços tecnológicos das neuroimagens, que vêm assinalando que a percepção musical

e o fazer musical podem gerar mudanças estruturais e neuroquímicas no cérebro, modificando seu funcionamento e possibilitando a criação de conexões neurais, por meio da neuroplasticidade. Isso ampliou as possibilidades de reabilitar com música pessoas com traumas cerebrais e AVCs (acidentes vasculares cerebrais) que tiveram sequelas motoras ou da fala.

Em 2024, foi regulamentada a profissão do musicoterapeuta no Brasil. A articulação dos musicoterapeutas junto a lideranças políticas nos estados e no Congresso possibilitou que os legisladores entendessem a necessidade da regulamentação, uma vez que a musicoterapia lida com a saúde das pessoas, e que ela pode causar iatrogenias quando praticada por um não musicoterapeuta. Algumas pessoas podem se sentir desconfortáveis com determinadas músicas, apresentar aceleração cardíaca ou elevação da pressão arterial ou até mesmo, em casos de pacientes específicos, ter surtos psicóticos ou epilepsia.

A lei, pois, passou a exigir que a musicoterapia seja realizada somente por profissionais formados em musicoterapia, em cursos de graduação. Importante é dizer que o musicoterapeuta não é um professor de música, tampouco um psicólogo. A musicoterapia tem suas bases teóricas, abordagens, técnicas e métodos próprios, e o musicoterapeuta está apto a integrar equipes multidisciplinares em hospitais, clínicas,

escolas, empresas e grupos comunitários. Vale ressaltar que a musicoterapia é uma terapia de baixíssimo custo. Atualmente há 18 associações de musicoterapia no Brasil, inclusive no Distrito Federal, que formam a União Brasileira das Associações de Musicoterapia (Ubam). Se você precisar de um musicoterapeuta, procure a associação de seu estado.

Segundo Luiz Belizário, presidente da Ubam, os desafios da musicoterapia hoje são: o aumento de cursos de graduação em universidades federais, o aumento de leis que criem o cargo de musicoterapeuta nas secretarias de saúde e o reconhecimento do musicoterapeuta como um profissional da saúde pelo Ministério da Saúde, pelo Conselho Nacional de Saúde e pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), conforme a Lei 14.842, para que o musicoterapeuta participe das políticas públicas da área, tenha a sua profissão fiscalizada e para que a musicoterapia seja inserida no rol de procedimentos da ANS e planos de saúde e seja o musicoterapeuta inserido no seu rol de profissões. Até o momento, já se conseguiu na ANS o reconhecimento do procedimento da musicoterapia no tratamento de indivíduos com autismo. Vitória!

Celebrar o Dia do Musicoterapeuta é celebrar, pois, uma profissão que vem conquistando seu reconhecimento, mas que continua lutando para que o direito à musicoterapia seja, de fato, um direito acessível a todos.

O cidadão paga a conta da comunicação pública ruim



» JORGE DUARTE
Presidente da Associação
Brasileira de Comunicação
Pública (ABCPública)

A premissa era boa: pedágio eletrônico sem cancela nem cabine. Faltou combinar com o usuário. O motorista precisava perceber que havia passado por um ponto de cobrança, identificar a concessionária e descobrir onde pagar. O resultado foi um passivo de 3,4 milhões de autuações. A falta de orientação entusiasmou golpistas, que criaram centenas de sites falsos de cobrança. Em abril, o governo federal recuou: suspendeu por 200 dias os processos de infração e permitiu o pagamento das tarifas sem multa nem pontos na carteira. Só em agosto o aplicativo CNH do Brasil passou a reunir as informações das passagens e indicar onde pagar. O problema se repete todos os dias, em escala menor, no balcão, no site, no formulário, no telefone e no aplicativo.

Quando o Estado não comunica direito, transfere custos para o cidadão: descobrir o que mudou e se tem direito, entender regras, reunir documentos, insistir e esperar por uma resposta. Ele gasta tempo e dinheiro, enfrenta incerteza e estresse e, muitas vezes, desiste ou nem começa. Na literatura de administração pública, isso se chama ônus administrativo. O que parece simples para quem organiza pode dificultar ou impedir o acesso de quem tem menos informação. A má comunicação amplia a desigualdade. É um custo alto e invisível. Não tem indicador nem entra na prestação de contas. A falha de comunicação é uma falha da política pública: o cidadão não exerce o direito e a política não alcança quem deveria.

Quem não sabe que tem um direito dificilmente consegue exercê-lo. O Inaf, pesquisa nacional que mede o uso da leitura, da escrita e da matemática no cotidiano, classificou, em 2024, três em cada 10 brasileiros de 15 a 64 anos como analfabetos funcionais. Apenas um em cada 10 alcançou o nível mais alto de proficiência. Mesmo entre os proficientes, 40% tiveram desempenho médio ou baixo em tarefas digitais do dia a dia. Ainda assim, as instituições se comunicam como se o país inteiro estivesse no nível mais alto. É mais fácil escrever para quem lê como a gente.

Nunca tivemos tantos canais nem publicamos tanto. Mas esquecemos que comunicar é muito mais do que propaganda e não pode ficar para o fim do processo. Comunicação integra a capacidade do Estado de agir. Para muitos gestores, porém, comunicar ainda é jogar confete sobre a própria gestão, mesmo fora do carnaval.

Divulga-se muito, sem saber se alguém recebeu, entendeu ou conseguiu agir. A pergunta no setor público costuma ser “o que precisamos divulgar?”. A comunicação pública começa com outra: “o que as pessoas precisam saber, entender e conseguir fazer?”. Daí a insistência na qualidade da comunicação, que tem pouco a ver com produzir mais. Significa coisas talvez de pouco prestígio: diagnosticar, conversar com quem atende o público, testar se o formulário funciona, escrever de modo que a pessoa entenda na primeira leitura e avaliar impacto em vez de contar postagens. Significa também chamar os profissionais de comunicação antes da etapa de divulgação.

Em 2016, 10 pessoas se reuniram em Brasília, num salão de um bloco na Asa Norte, incomodadas com a mesma percepção: a comunicação na área pública era falha e pouco voltada para as pessoas. Nasceu ali a Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABCPública). Hoje, somos cerca de 450 associados, de todos os estados e de diferentes formações. Dizemos, meio de brincadeira, que o associado paga anuidade para trabalhar melhor. Comunicador público costuma ser minoria, pouco compreendido dentro da instituição e muitas vezes solitário nas decisões. No grupo de WhatsApp da entidade, alguém pergunta como resolver determinado problema e recebe resposta de outro estado logo em seguida. Ali descobre que o impasse não era só dele. A entidade estimula discussões, publica livros, faz pesquisas, produz documentos de referência e capacita profissionais. Construiu, em consulta pública, os 12 Princípios da Comunicação Pública, hoje utilizados em estudos, teses e dissertações.

Dez anos depois, entre 16 e 18 de setembro, a ABCPública realizará, em parceria com a Câmara dos Deputados, o 4º Congresso Brasileiro de Comunicação Pública. O encontro integra as comemorações dos 200 anos da Câmara e convida a refletir: não basta aprovar leis nem executar políticas bem-intencionadas. É preciso explicar bem os direitos e como cada decisão afeta a vida das pessoas. Com o tema “Uma agenda para a cidadania”, o congresso já reúne mais de 1.700 inscritos e 160 trabalhos selecionados.

Não sairemos de lá com o problema resolvido. Mas reunir tanta gente para discutir como o Estado se relaciona com o cidadão mostra que existe quem se ocupe disso por dentro. Comunicação pública de qualidade é parte da ação e da responsabilidade do Estado. Tratá-la como simples divulgação tem um custo. E a conta sempre chega ao cidadão, sobretudo àquele que tem menos condições de pagá-la.